

Para Ulysses, mandato depende do sistema de governo

Lula Marques

ALEXANDRE POLESÍ
Enviado especial ao Rio

O deputado Ulysses Guimarães, presidente interino da República, disse ontem que a decisão do Congresso constituinte sobre a duração do mandato do presidente José Sarney está diretamente vinculada à votação sobre o sistema de governo, em meados de março. "Se der parlamentarismo é uma coisa, se der presidencialismo é outra", disse.

Com isso Ulysses deixou aberta a interpretação de que, se o Congresso constituinte votar pelo presidencialismo, a duração do mandato de Sarney fica em quatro anos e, se der parlamentarismo, fica em cinco, como quer Sarney. A avaliação foi feita num voo de volta a Brasília, depois de uma visita a Petrópolis (RJ).

Em entrevista ao Boing presidencial da FAB, Ulysses disse que a emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) que fixa um "presidencialismo parlamentarizado" tem boas chances de ser aprovada. A seu lado o ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana (um dos assessores mais próximos de Sar-

ney), acrescentou que a emenda Moreira "coincide" com o pensamento do presidente a respeito do sistema de governo.

Segundo Ulysses —também presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara— na segunda quinzena de março os constituintes estarão votando o Título 4, sobre o sistema de governo. Sobre este item haveria possibilidade de acordo, mas não sobre a duração do mandato presidencial, que será tratado nas Disposições Transitórias. "Não vejo como possa haver um acordo (na duração do mandato). Vai ser no voto", concluiu.

Progressista

Ulysses fez uma avaliação otimista sobre o final dos trabalhos do Congresso constituinte. Segundo ele a votação deverá terminar em abril e a nova Constituição será "progressista". "Estou certo disso." Esta avaliação, acrescenta, já pode ser percebida "pela primeira fase de votações".

O deputado alinhou as conquistas que considera "progressistas" e que deverão constar da nova Carta: o mandato de segurança coletivo, o mandato de injunção, o habeas-data (ainda não votado), a "democracia participativa" e não apenas representativa, e a subordinação do direito de propriedade a uma função

social (ainda objeto de negociação com o Centrão). afirmou que a parte sobre ecologia "será a mais avançada do mundo" e que haverá acordo nos itens sobre reforma agrária, definição de propriedade, estabilidade e reforma tributária.

Ulysses disse que fará ainda esta semana uma nova reunião com os representantes do autodenominado "Centro Democrático", a dissidência do Centrão comandada pelos deputados Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) e Expedito Machado (PMDB-CE). Esses deputados disseram a Ulysses que cerca de 40 parlamentares hoje ligados ao Centrão decidiram voltar a seguir a orientação da liderança do PMDB no Congresso constituinte. Isto, afirmou Ulysses, fará do Centrão um bloco minoritário na Constituinte. "Se eles saem de lá (do Centrão), aí sim", disse.

O deputado confirmou também que pediu aos líderes "históricos" do PMDB que adiem para depois da Constituinte a reunião do Diretório do partido, marcada para o dia 24. Conversou sobre isso com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), na semana passada. "Se depender da minha vontade, não se fará reunião do partido antes de uma convenção (depois da Constituinte)", afirmou.

Prisco acha que votação será 'uma guerra'

Do enviado especial ao Rio

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, comparou a votação do mandato do presidente Sarney no Congresso constituinte a uma autêntica "guerra", que contribuirá para radicalização do processo político. Isto, segundo Prisco, já começou: "Nesta questão do mandato é evidente que há um processo radicalizado."

No avião que trazia de volta a Brasília a comitiva presidencial que visitou Petrópolis, no Rio de Janeiro, Prisco chegou a interromper a entrevista do presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães, quando o assunto passou a ser o mandato de Sarney.

Os repórteres, no avião, falavam para Ulysses que vários deputados antes a favor de cinco anos para Sarney já estavam revendo sua posição. Prisco disse, então: "Em



O ministro Prisco Viana

todo o momento de guerra, a mentira impera". E atribuiu as notícias de reversão da tendência pró-cinco anos a um clima de "guerra psicológica", gerado pela

radicalização do debate sobre o mandato.

Já na Base Aérea de Brasília, Prisco Viana —um dos colaboradores mais fiéis à política do presidente Sarney— não deu importância à dissidência gerada no Centrão pelo grupo de peemedebistas do "Centro Democrático". Segundo Prisco, "o Centrão não centraliza a questão do mandato". Ou seja, embora o Centrão tenha garantido a grande maioria das 317 assinaturas da emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), em favor dos cinco anos, esse grupo não monopolizaria os "cincoanistas", segundo Prisco.

O ministro Prisco Viana viajou com Ulysses para Petrópolis, na companhia do ministro da Irrigação, Vicente Fialho. Depois, reconheceu que dificilmente prevaleceria a tese —que chegou a ser defendida pelo Palácio do Planalto há três semanas— de inversão da pauta do Congresso constituinte, para que o mandato de Sarney seja votado antes das demais matérias. (AP)



Ulysses Guimarães, presidente interino da República, desembarca na Base Aérea de Brasília retornando do Rio

Centrão e PMDB fecham o acordo sobre direito de propriedade privada

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

O Centrão e a liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) conseguiram fechar um acordo, no início da noite de ontem sobre a definição do direito de propriedade privada. Num encontro com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte e do PMDB, o Centrão aceitou uma proposta conciliatória e prometeu votar este artigo na tarde de hoje.

Na última sexta-feira, os dois grupos acertaram uma proposta de entendimento prévio. Mas o Centrão discordava da "subordinação" da propriedade privada ao "bem-estar social". Segundo o deputado José Geraldo (PMDB-MG), integrante do grupo, uma solução alternativa foi apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), obtendo o aval de Ulysses. Pelo novo texto, fica "garantido o direito de propriedade, protegido pelo Estado, sem prejuízo do bem-estar social".

Na segunda parte da definição foi mantido integralmente o texto do Centrão: a indenização de imóveis desapropriados será "prévia e justa



Righi (de costas), Machado, Sant'Anna e Cardoso Alves conversam no plenário

em dinheiro", ressaltando-se os casos previstos na nova Constituição.

O senador Mário Covas (SP) disse aos coordenadores do Centrão que dará, na manhã de hoje, a "resposta final" sobre o acordo. Até a tarde de ontem, o PMDB e os pequenos partidos de "esquerda" não cediam

na "subordinação" da propriedade privada ao "bem-estar social".

"O cerne do problema reside em se saber até que ponto o direito de propriedade é condicionado a um interesse social cujos contornos são relativamente vagos", disse ontem o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão.

Grupo suprapartidário se retira e impede a rejeição de sua emenda

Da Sucursal de Brasília

Trabalhos serão intensivos após o Carnaval

Assim que terminar o Carnaval, o Congresso constituinte entrará em regime de votação intensiva, disse ontem o deputado Ulysses Guimarães. Presidente do Congresso constituinte, Ulysses já convocou sessões para os quatro dias seguintes à quarta-feira de cinzas: na quinta, na sexta, no sábado e no domingo.

Com um sorriso, reconheceu que sua disposição enfrentará resistência, especialmente do Centrão, o bloco suprapartidário da Constituinte. Mas disse: "A gente vai aman-

sando." Seu objetivo é usar regularmente os fins-de-semana, depois do Carnaval, para promulgar a nova Constituição em abril. Fez um cálculo: as últimas votações duraram em média sete a oito minutos, enquanto os encaminhamentos de votação mais catorze a vinte minutos. Ulysses quer abreviar este tempo, com vários expedientes. "Vamos tentar que haja só um encaminhamento contra e um a favor (nas votações) ou, se houver acordo, que ninguém fale." (AP)

propriedade (de número 38, do artigo 6º) foi precedida de intensa polémica. As lideranças do Centrão insistiam na tese que levantaram sexta-feira, rejeitada pelo presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, de que a falta de quórum qualificado (280 votos) a favor ou contra não prejudicava o parágrafo em votação.

Segundo o Centrão, se a votação não obtivesse quórum qualificado, para aprovar ou rejeitar, a sessão seria suspensa por 24 horas e o mesmo parágrafo seria votado na sessão seguinte. Esta interpretação ao regimento foi defendida por Gastone Righi (PTB-SP), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Carlos

Sant'Anna (PMDB-BA), em sucessivas questões de ordem.

A interpretação defendida pelo senador Mário Covas e pelo deputado José Genoíno foi aceita pela Mesa, presidida pelo senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Segundo eles, na falta de quórum qualificado prosseguiria a votação das emendas ao parágrafo em questão. Se nenhuma delas obtivesse o quórum qualificado, então se chegaria à tese do Centrão, de suspensão da sessão.

A polémica em torno do regimento se deve ao fato de que pela primeira vez está se votando um destaque de votação em separado (DVS), que exige 280 votos para a manutenção do parágrafo no texto.

Na última sexta-feira, o Centrão e o grupo liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) estavam próximos de um acordo. Pelo novo texto, as indenizações para desapropriações de interesse público seriam feitas em dinheiro, salvo exceções que constariam na Constituição. O Centrão se comprometera a incluir nestas exceções os casos que se referissem às reformas urbanas e agrária. Entretanto, o grupo considerou que teria 280 votos para aprovar seu próprio texto hoje, sem a necessidade de acordo, por isto obstruiu a votação. O resultado foi 22 a favor da proposta do Centrão, 196 contra e 32 abstenções.

Como era esperado, a votação do parágrafo que trata do direito de



IZAR PEDE PARA SER INCLUÍDO COMO 'TRAIADOR'

O deputado Ricardo Izar (PFL-SP) mostra um dos cartazes feito pela CUT com fotos e nomes dos integrantes do Centrão (foto). Izar utilizou o tempo destinado à liderança do seu partido na sessão de ontem

do Congresso constituinte para pedir à entidade que incluisse seu nome e sua fotografia na próxima edição do cartaz, que tem como título "Procurados — Os Traidores do Povo". Izar disse ser fundador do Centrão e que

seu eleitorado estava exigindo sua foto, grande e colorida. O deputado perguntou se o dinheiro para a confecção dos cartazes, "em papel de primeira", vinha da Albânia, da Alemanha Oriental ou de Cuba.